

Os norte-americanos pronunciam-se sobre questões sociais

Como já é costume nos Estados Unidos, aproveitaram-se as eleições presidenciais para realizar outras consultas a nível estadual e local. No total, foram votadas 178 propostas vinculativas (*ballot measures*) em 38 estados. Delas, algumas referem-se a assuntos de pura gestão local. No entanto, outras abarcaram temas de importante cariz social: aborto, eutanásia, casamento homossexual, posse de marijuana, funcionamento e financiamento do sistema educativo e dos partidos políticos. Em seguida, expomos alguns dos resultados mais significativos, ordenados por tema.

Casamento homossexual

Os quatro referendos sobre este tema saldaram-se por um apoio (embora por escassa margem) ao casamento homossexual nos Estados Unidos, sobretudo tendo em conta que todas as consultas populares anteriores o tinham recusado.

Nos pequenos estados nortenhos do Maine e do Maryland, tradicionalmente democratas e onde Obama se impôs com folga, o casamento homossexual foi apoiado por pouco mais de 52%. Também no de Washington, o resultado teve um nível semelhante.

No Minnesota, um território igualmente democrata, mas mais disputado, a proposta para alterar a Constituição estadual, de maneira a que o termo casamento fosse entendido somente como a união de um homem e de uma mulher, foi rejeitada por 51,2% dos eleitores. Que quase metade dos votantes esteja disposta a uma modificação desse calibre para acolher uma definição tradicional do casamento é significativo. Em maio passado, uma proposta similar foi aprovada por uma ampla maioria (61%) na Carolina do Norte, um estado de maioria republicana mas que, nas recentes eleições, teve uma votação de 48,6% em Obama.

Todos estes resultados levam a que se tire uma conclusão importante: mesmo nalguns territórios favoráveis ao partido democrata, o casamento homossexual divide a população quase que em duas metades.

Marijuana

Das seis propostas relacionadas com a marijuana, três delas referiam-se à aprovação do seu uso recreativo (Colorado, Oregon, Washington) e outras três ao uso médico (Arkansas, Massachusetts e Montana). Destes últimos, Arkansas votou contra (51,4%) e Massachusetts a favor de o descriminalizar, mas continuando a restringir o seu uso (63%); em Montana, 56,9% dos eleitores preferiram manter a legislação atual, em vez de outra mais permissiva. Além destes três, outros 17 estados já permitem o emprego por motivos terapêuticos.

Novidade foi realmente a aprovação do uso recreativo em alguns dos estados, como ocorreu no Colorado e em Washington (com votações superiores a 54%). As duas propostas vencedoras incluem limites à posse da droga e aos lugares onde pode ser consumida. Pelo contrário, Oregon rejeitou uma proposta similar, com percentagens parecidas às da aprovação nos anteriores dois estados.

Aborto e eutanásia

Duas propostas referentes ao aborto e outra à eutanásia estiveram em votação no Massachusetts, Montana e Florida. Neste último estado, com uma das votações mais contestadas na eleição presidencial, 55% opuseram-se a mudar a Constituição para proibir expressamente a utilização de fundos públicos no financiamento de abortos, pelo que o estado continuará a estar autorizado a fazê-lo.

Em Montana, 70% dos eleitores votaram a favor de solicitar o consentimento dos pais, para que uma menor de 16 anos possa abortar.

Uma das consultas mais significativas, pelo tema e pelo território, foi a referente à “morte digna” no Massachusetts, um estado democrata, rico e que conta com algumas das universidades mais prestigiadas do país. 51,1% dos eleitores rejeitaram a proposta que teria permitido aos médicos fornecer ou receitar, somente nalgumas circunstâncias, substâncias letais a doentes terminais. A derrota da proposta constitui um sério revés para a causa da eutanásia.

Reforma da saúde

Dos quatro estados que tinham na sua agenda eleitoral alguma consulta ligada ao projeto de maior impacto da primeira legislatura de Obama, uma foi favorável. A Florida

rejeitou (51,5%) proibir que uma lei possa obrigar um cidadão a adquirir um seguro médico. Desta forma, apoiam o ponto principal da reforma de Barack Obama: todo o cidadão deverá contar com algum seguro; se não for um privado, será o federal.

Pelo contrário, Wyoming, Alabama e Montana aprovaram leis no sentido contrário: o indivíduo será quem irá decidir se compra um seguro ou não. Os casos de Wyoming e Alabama são singulares, visto que a proposta aprovada implica uma alteração nas Constituições estaduais para acolher explicitamente esse direito do indivíduo. Os estados de Arizona, Ohio e Oklahoma já tinham aprovado, antes das eleições, normas parecidas. Ter-se-á de ver se o mandato federal pode impor o seu estatuto às leis locais.

Imigração e financiamento político

Talvez o referendo mais sonante, além dos que abordavam o casamento homossexual e a marijuana, tenha sido o referente à pena de morte na Califórnia, um dos estados que maioritariamente apoiou Obama, e um emblema das políticas democratas. No entanto, 52,8% dos votantes californianos recusaram abolir a pena capital, o que mostra as fortes raízes desta medida na mentalidade norte-americana.

Outras consultas abordaram, de uma ou outra forma, o tema da imigração ilegal. No Maryland, foi aprovada uma proposta pela qual os imigrantes ilegais pagarão, em propinas universitárias, o mesmo que os cidadãos do estado embora, para isso, devam ter feito o ensino secundário e pago (os seus pais) os impostos ao estado. Mais difícil serão as coisas para os ilegais em Montana: quase 80% dos eleitores aprovaram excluir de certos serviços sociais (prestação por desemprego, licenças estaduais, ajudas para a universidade) quem não tenha licença de residência. Por seu lado, Oklahoma acordou modificar a Constituição para proibir a discriminação positiva (*affirmative action*) por raça, sexo ou religião em determinados âmbitos.

Por outro lado, várias propostas aprovadas abriram o caminho a um maior controlo das contribuições económicas para as campanhas políticas, e para os partidos em geral. A mais importante delas é a proposta 32 da Califórnia, que proíbe que os sindicatos utilizem para fins políticos o dinheiro que os empresários deduzem automaticamente dos descontos dos seus empregados sindicalizados (poderão continuar a utilizar o dinheiro dos seus membros sempre que se ofereça diretamente para apoiar campanhas políticas). Esta proposta reduz o poder político das organizações sindicais. Nos estados de Montana e Colorado, também foram aprovadas normas que limitam o dinheiro (a quantidade ou os titulares) que se pode destinar às campanhas.

Além disso, o Colorado decidiu com 70% dos votos, não permitir a existência de casinos privados.

Educação

O estado de Washington aprovou por 50,7% dos votos, criar até 40 *charter schools* financiadas pela administração pública. É um facto significativo do apoio popular à política educativa de Obama, que enfrentou um aliado tradicional do partido democrata: o sindicalismo educativo.

O poder destes sindicatos revelou-se claramente no Dakota do Sul. Foi votada uma reforma do corpo docente na linha da avaliação e da competitividade impulsionada por Obama (e que tão-pouco é apreciada pelo sindicalismo). A proposta acabou por ser recusada por 67,2% dos votos. Antes, o principal sindicato educativo norte-americano (NEA) tinha iniciado uma intensa campanha, também no plano económico, a pedir o “não”.

Impostos

Além de confiar o rumo geral do país ao atual Presidente, os norte-americanos pronunciaram-se sobre algumas medidas concretas de âmbito estadual.

As propostas de subir impostos e dirigir o suplemento cobrado a determinado setor concreto (sobretudo à educação, embora em determinados casos igualmente ao sistema de saúde) obteve respostas positivas em dois estados de maioria democrata: Oregon e Califórnia. Pelo contrário, Arizona e Dakota do Sul rejeitaram aumentar num ponto, o imposto sobre o consumo para estes mesmos fins. No Missouri, também republicano, foi recusado (embora por muito pouco) subir 75 cêntimos o imposto sobre o tabaco, para financiar programas de educação em saúde.

De todas as propostas, aprovadas ou recusadas, a mais mediática foi a patrocinada pelo governador da Califórnia. O texto, apoiado pelos votantes, propunha aumentar os impostos diretos sobre os rendimentos superiores a 250.000 dólares anuais (entre 1% e 3% mais), e também aumentar em 0,25 pontos, o imposto geral sobre o consumo. Os fundos obtidos serão destinados fundamentalmente aos ensinos primário e secundário. A iniciativa do governador confrontava-se nas urnas com outra de origem privada que propunha um aumento mais generalizado dos impostos, embora também para os mesmos fins.

Por último, na Florida, foi decidido manter a proibição constitucional de utilizar fundos públicos para financiar organizações religiosas.

F. R.-B.

“Prepárate: el futuro del trabajo ya está aquí”

“The Shift. The Future of Work is Already Here”

Autor: Lynda Gratton Galaxia Gutenberg. Barcelona (2012).

378 págs.

Tradução (castelhano): Marisa Abdala.

Catedrática de Prática Diretiva, Gratton é uma autoridade mundial em temas empresariais. “Prepárate” consiste numa prospetiva sociológica onde combina a sua teoria sobre forças básicas que configuram o mundo, com orientações para preparar o futuro laboral próprio.

Na descrição pormenorizada do rumo que podem assumir as cinco forças fundamentais, centra-se o peso concetual. São elas: tecnologia, globalização, demografia e longevidade, sociedade e recursos energéticos. Cada uma delas articula-se em explicações e propostas de futuro.

Gratton prognostica que as famílias vão alterar a sua estrutura e aumentará a desconfiança nas instituições. Os desastres ambientais provocarão deslocações da população e aparecerá a cultura da sustentabilidade. Na globalização, prevê décadas de crescimento da China e da Índia, uma inovação frugal ou de baixo custo e contínuas bolhas e quedas na vida económica durante séculos.

Gratton maneja frases conhecidas do tipo “temos de nos preparar para grandes mudanças que já começaram”. À insegurança e precariedade laboral chama criatividade e flexibilidade para aceitar e encontrar *minijobs* multitarefa. Exorta à autoformação constante em campos diversos do próprio: ser multidisciplinar e especialista simultaneamente é quase indispensável.

Por outro lado, também vaticina carreiras à prova de futuro como o gestor comunitário, o empresário social e o microempresário; e competências que serão exigidas pela demografia: as ciências da vida e da saúde, a criatividade e a inovação; a formação ou *coaching* e os cuidados. Outro dos dogmas do politicamente correto que Gratton usa é que temos de fazer aquilo que mais apreciamos, porque assim amaremos o nosso trabalho.

“Prepárate” insiste em que cada indivíduo tem de forjar o seu trabalho com um esforço permanente. Após cada história ou caso apresenta uma moral na qual prevê que vamos ser mais pobres monetariamente e que temos de considerar a riqueza em cânones imateriais: sermos felizes com o trabalho que desempenhamos e encontrar-lhe um sentido, exercermos um trabalho de voluntariado, cooperarmos com os colegas... e

conformar-nos com menos, deixarmos de ser consumidores vorazes e sermos mais criativos.

Temos de ver que competências aconselharíamos desenvolver nos nossos filhos, pensar como é que podemos viver a vida laboral de modo a minimizar os danos ao meio e maximizar a satisfação e felicidade laboral. Pinta um futuro imediato no qual será necessário melhorar a própria formação, mudar-se quantas vezes for necessário, criar redes de amigos ou grupos de pessoas colaboradoras e abertas, com as quais se possa contar incondicionalmente.

Por outro lado, “Prepárate: el futuro del trabajo ya está aquí”, é um ensaio de divulgação sério. Lynda Gratton contou com a colaboração de mais de duzentos participantes de 21 empresas de todo o mundo. Essas pessoas elaboraram os casos práticos que ocupam grande parte do livro, não como previsões, mas como diferentes formas de ver o mundo. Todavia, a autoria do livro cabe-lhe a ela. Gratton é minuciosa e clara e pode oferecer muito ao leitor pouco habituado a ler este tipo de livros.

P. M.

